



GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 0059-15 DE 16 DE JULHO DE 2015.**

Institui o Programa Municipal de Premiação a Consumidores, mediante a utilização da Plataforma Nota Fiscal Gaúcha do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Municipal de Premiação a Consumidores.

**Parágrafo Único.** O Programa de que trata o *caput* deste artigo tem por objetivo incrementar as receitas decorrentes do ICMS, pelo incentivo a emissão de documentos fiscais, bem como sensibilizar os cidadãos sobre a importância da cidadania fiscal, por meio da realização de sorteios aos consumidores finais, pessoas físicas.

**Art. 2º** Os sorteios do Município serão mensais, através da distribuição de prêmios em bens ou dinheiro, e serão efetivados com a utilização da Plataforma do Programa Nota Fiscal Gaúcha, atendidos os requisitos da Lei nº 14.020/2012.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 16 DE JULHO DE 2015.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito



**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 0059-15, DE 16 DE JULHO DE 2015.**

**J U S T I F I C A T I V A**

Estamos enviando a V. Sas. o presente projeto de lei, que institui o Programa Municipal de Premiação a Consumidores, mediante a utilização da Plataforma Nota Fiscal Gaúcha do Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O principal objetivo é incentivar à formalização, aumentar a eficiência na administração tributária, a confiabilidade no documento fiscal, e outorgar maior segurança aos cidadãos, mediante a compreensão da função social do tributo.

O Programa Municipal de Premiação a Consumidores utilizará a Plataforma da Nota Fiscal Gaúcha do Estado do Rio Grande do Sul o qual, sendo um programa de distribuição de prêmios, visa incentivar os cidadãos e cidadãs a solicitar a inclusão do CPF no documento fiscal no ato de suas compras e, com isso, concorrendo a prêmios e beneficiando, também as entidades sociais cadastradas para receberem recursos do Programa.

Este Projeto de Lei está inserido dentro do Programa Municipal de Educação Fiscal – PMEF, que visa prestar informações aos cidadãos quanto à função socioeconômica dos tributos; levar ao conhecimento dos cidadãos sobre administração pública, alocação e controle de gastos públicos; incentivar o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos; criar condições para uma relação harmoniosa entre o Município e o cidadão e promover ações integradas de combate à sonegação fiscal.

São estas, as razões que justificam o presente projeto de lei.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 16 DE JULHO DE 2015.**

**GIL MARQUES FILHO**  
**Prefeito**